

Emprego e Desemprego no Brasil:

Notas para uma História Política da questão

*Pe. Vilmar Adelino Vicente**

1. RETROSPECTIVA

A história social recente de nosso país e particularmente a problemática do emprego e desemprego, está circunscrita aos grandes processos revolucionários dos séc. XIX e XX, destacando-se a Segunda Revolução Industrial (1885-1930). Decorre daí a industrialização, como conseqüência secundária da reorganização capitalista da produção agrícola, máxime da cafeicultura. No bojo desse processo eclodem as inovações: energia elétrica, motor de combustão interna, automóvel e bens de consumo diversos. A conseqüência foi uma inevitável racionalização do trabalho (Taylorismo) e o surgimento do mercado de capitais e das sociedades anônimas, culminando com o modelo do capitalismo monopolista.¹

Nesse turbilhão de mudanças, o Brasil se defronta com o problema da mão de obra, já que o processo escravagista estava em declínio². Era preciso substituir a mão de obra escrava pelo "trabalhador livre", para atender à demanda do mercado externo por café, cacau, borracha, madeira etc. A solução foi o "colono", imigrante oriundo da Itália, Alemanha, Península Ibérica e Europa em geral.

No rastro do complexo agro-exportador surgiram milhares de colonos, além de ferroviários, ensacadores, portuários, comerciantes e bancários. Acresce assim à classe senhorial e à minúscula classe média, a emergente classe assalariada. Para manter os salários baixos, garantiu o governo um volume de imigrantes muito superior à demanda da força de trabalho, sem falar na cultura de sujeição herdada do período escravagista.³

O advento da República fortaleceu esta Política de Empregos, acentuando uma rigorosa política fiscal capaz de fortalecer o Estado. Acresce ainda o incentivo à indústria têxtil e outras formas industriais leves que se estenderam até a 1ª Guerra Mundial.⁴ Infelizmente, parte significativa das divisas nacionais eram destinadas ao pagamento da Dívida Externa, sobretudo com a Inglaterra.

É evidente que, num país retardatário como o

Brasil, o processo de industrialização é substitutivo, no sentido de evitar importação de manufaturados e exportando produtos transformados, anteriormente comercializados in natura. Esse processo iniciou a fixação do homem nas cidades, gerando aos poucos pólos industriais urbanos interligados entre si por ferrovias e rodovias, consolidando assim também um mercado interno, sobretudo no centro-sul do país.

2. A POLÍTICA DE EMPREGOS NA REVOLUÇÃO DE 30

Já a partir de 1933 iniciamos um novo processo de investimentos na indústria de base (siderurgia, transportes e energia elétrica), que se estendem até a década de 50. Trata-se de um período difícil, determinado pela Depressão Econômica de 1929 e pela 2ª Guerra Mundial, que afetaram radicalmente as relações comerciais entre os países. Para o Brasil, este foi um período funesto, marcado pela desestabilização da oligarquia agro-exportadora e pela afirmação do mercado interno como alternativa mercadológica. Basta lembrar que a produção de alimentos (arroz, feijão, batata e mandioca) cresceu mais de 150%. A indústria automobilística começa a se desenvolver, chegando a produzir mais de 40.000 automóveis anuais, e paralelamente, produzindo mais de 4 milhões de toneladas de combustíveis nas nossas refinarias.⁵

No período pós 2ª Guerra Mundial, o crescimento industrial foi galopante, com índices eufóricos: indústria da borracha 18% ao ano; material de transporte 16% ao ano; metalurgia 15% ao ano; materiais não metálicos 12% ao ano; química e farmacêutica 10% ao ano.⁶

Não se pode esquecer todavia que, a par da forte industrialização do país, o mercado externo é refratário à importação de manufaturados, de modo que o café, ainda neste período, responde por 73% da pauta das exportações. Com isso a agricultura intensiva de mão de obra (e por extensão todo o setor primário) é ainda a melhor política de empregos na área rural, onde residem 2/3 dos brasileiros. Na verdade, o processo de

industrialização está voltado para apenas 1/3 dos brasileiros que residem na área urbana.

Esse crescimento econômico-social visaria configurar o modelo brasileiro como capitalismo monopolista, não às custas do capital privado, muito embrionário, mas por conta do capital estatal (brasileiro e americano) e da captação de capital multinacional.⁷

3. A SITUAÇÃO DO EMPREGO NA DÉCADA DE 50/60

Na década de 50/60 observamos um plano global centrado no processo desenvolvimentista como forma de reconstrução da 2ª Guerra Mundial, destacando-se a criação do Mercado Comum Europeu e a emergência do Japão como potência econômica e social. Nesse contexto surgem no cenário as grandes multinacionais integrando os mercados capitalistas europeus, americanos e japoneses. Nesse esquema são envolvidos alguns países do 3º mundo, entre os quais o Brasil, como estratégia imperialista das grandes potências. O Brasil passa por graves crises políticas⁸, mas tem em Juscelino Kubitschek de Oliveira um grande aliado do projeto multinacional do capital, com sua política desenvolvimentista de "50 anos em 5", com investimentos gigantescos, à custa de poupança externa, em programas de industrialização, rodovias integrando o país, e siderurgia.⁹ A construção de Brasília e o incremento da indústria automobilística, que passou da produção de 2.000 para 38.000 automóveis e de 20.000 caminhões e ônibus para 50.000, foram prioridades do presidente mineiro.¹⁰

Nesse contexto, a Política de Empregos estava centrada no setor terciário e secundário nos centros urbanos, aquecendo o êxodo rural e eclodindo as grandes cidades. O setor secundário cresceu nestas duas décadas a taxas de 12% ao ano, polarizando completamente a demanda de empregos.¹¹ É de se lamentar aqui a injustiça cometida contra o setor primário, desvalorizado até nossos dias, e também o exagero da participação do capital multinacional na industrialização, em torno de 30 a 40 % (no caso de alimentos, bebidas e siderurgias), chegando a 80 e 100% no setor farmacêutico, veículos, pneus, vidros e autopeças.¹² Além disso, nosso desenvolvimento industrial esteve polarizado pelo eixo Rio - São Paulo em detrimento das demais regiões do país, reforçando as grandes migrações e excluindo totalmente o nordeste.¹³

Finalmente, inicia-se um processo de capitalização monopolista no campo, gerando grave crise social com a concentração de terras, surgimento de grandes fazendas e projetos agro-pecuários, expulsão de colonos e posseiros transformados em diaristas, chamados de "volantes" ou "bóia-frias". É desse processo que resulta a origem das Ligas Camponesas nos anos 50 e o Movimento dos Sem-Terra nos anos 80. Foi a forma de protesto e resistência que os colonos e posseiros

encontraram face às políticas econômicas elitistas. Nos centros urbanos, os empregados mais organizados e sindicalizados pressionam governo e empresários por melhores salários e condições de trabalho, gerando agudos choques políticos com o governo militar, instalado em 1964, e fortemente defensor dos interesses do capital nacional e multinacional.

4. ESTRATÉGIA DE EMPREGOS NO PERÍODO DE 70/80

O período compreendido pelas décadas de 70 e 80 foi marcado pela consolidação das transformações estruturais, com forte repercussão na Política de Empregos. O Brasil retoma na década de 70 o crescimento econômico, porém nossas reservas se voltam para o pagamento da dívida externa, sempre mais crescente e agravada pela crise do petróleo.¹⁴ A produção artesanal e a economia de subsistência têm pouca expressão nessa conjuntura econômica, enquanto a acumulação do capital se acentua incorporando a mecanização da agricultura com mais redução da mão de obra nesse setor.

No setor industrial, a presença das multinacionais¹⁵ reforça uma política de validação da exploração da força de trabalho como forma de acumulação nacional, para o enfrentamento das crises internacionais.

Procura-se assim reduzir custos de produção a partir do baixo custo da mão de obra. Por isso, enquanto o volume de exportações cresceu, os salários foram espoliados, uma vez que a riqueza gerada não foi distribuída. Embora a taxa de emprego nesse período tivesse crescido, incorporando o

contingente de migrantes que demandavam lugar na cidade, a participação dos trabalhadores na riqueza gerada foi mínima, delimitada pela política salarial.¹⁶

A política exportadora nas décadas de 70 e 80, com forte incremento do capital multinacional, acabou também gerando forte dependência tecnológica dos países centrais, controle de setores do capital nacional, e redução da autonomia política do Estado no campo econômico e social.

5. O DRAMA DO EMPREGO NA DÉCADA DE 90

A década de 90 vivencia um período gravemente recessivo, motivado por vários fatores determinantes, sobretudo o Plano Real, a política do câmbio, a liberalização de importações, e o enorme volume da dívida

“Esse crescimento econômico-social visaria configurar o modelo brasileiro como capitalismo monopolista”

externa. A conseqüência tem sido o congelamento da Política Salarial com redução do consumo, sobretudo na classe média. A conclusão óbvia é o desaquecimento da economia e taxas de desemprego elevadas, que beiram os 12% no setor secundário. A média geral anual de desemprego (referente a todos os três setores da economia), no período 94 - 97, foi de 5%, culminando em 98 com quase 8%.¹⁷ Esta realidade dramática decorre de uma política neoliberal que segue os ditames da Escola de Chicago.¹⁸ O governo FHC cumpriu esse papel:

“O grande vilão desta política monetarista é a política de juros praticada pelo sistema financeiro”

- a) reduziu a inflação de 73% em 94, para 23% em 95 chegando a 5% em 96, caindo ainda para 3% em 97 e perseguindo a meta de 0% em 98, conforme estudos da FIPE.¹⁹
- b) mediante a âncora cambial, manteve estabilizado o real em relação ao dólar, com desvalorização muito lenta: 0,84 em 94, passando para 0,97 em 95, atingindo 1,03 em 96, indicando 1,11 em 97 e perseguindo a meta de 1,18 em 98 segundo a expectativa da FIPE.
- c) A Balança Comercial, com esse congelamento do dólar, experimentou déficit crescente, ou seja, compramos mais do que vendemos. Se em 94 tivemos um superávit de 10 bilhões de dólares, já em 95 experimentamos um déficit de 3 bilhões de dólares, que cresceu para 5 bilhões de dólares em 96 e 8 bilhões de dólares em 97. Segundo o MICT²⁰, o governo empreende enorme esforço para que o déficit de 98 não ultrapasse os 3 bilhões de dólares.
- d) Claro que o grande vilão desta política monetarista é a política de juros praticada pelo sistema financeiro, que experimentou variações de 37% no pico máximo, chegando a 19% no pico mínimo, verificando forte elevação nos meses de agosto e setembro/98, e chegando a 41% em outubro/98.²¹ Segundo o Banco Central, essa conjuntura financeira levou a que tivéssemos déficit nas nossas contas externas: 20 bilhões de dólares em 95, aumentando para 23 bilhões de dólares em 96, e atingindo 33 bilhões de dólares em 97. No exercício de 98 atingimos um déficit de 18 bilhões de dólares até o mês de outubro! Isso acumulado significa um déficit corrente de quase 100 bilhões de dólares em 4 anos.

- e) Outros fatores, como o déficit nas contas públicas (sempre crescente nos últimos dois anos) e a fuga de dólares dos investidores internacionais, devido à instabilidade do mercado financeiro internacional, tornam a situação mais grave ainda.

O resultado de tudo isso foi um enorme decréscimo do PIB (produto interno bruto), que caiu de quase 6% em 1994 para menos de 1% em 98, gerando esta grave crise de desemprego. É claro que são os trabalhadores as vítimas propiciatórias desse holocausto econômico social. Diante desse fato, perguntamos: Quem está ganhando com tudo isso? Qual a solução possível? Que esperança podem ter os trabalhadores? E os desempregados, quando poderão participar do Banquete do Emprego?

* O autor é Doutor em Serviço Social e Diretor do ITESC

NOTAS

¹ SINGER, Paul - *Economia Política do Trabalho*, Hucitec, São Paulo, 1977.

² Lembremos que o comércio e tráfico de escravos se encerra em 1850. A Lei do “Ventre Livre”, de 1871, explode numa campanha abolicionista, que culmina com a “Lei Áurea” de 1888.

⁴ SINGER, Paul - *Ibidem*

⁵ Surgem nesta fase sobretudo indústrias voltadas para alimentação, móveis, vestuário e velas. Segundo Simonsen, em 1907 o Brasil já possuía mais de 3.000 estabelecimentos industriais e 150.000 operários. Pouco depois, em 1920, havíamos crescido para mais de 13.000 estabelecimentos comerciais com quase 300.000 operários.

⁶ SIMONSEN, Roberto - *A evolução industrial do Brasil*, FIESP, São Paulo, 1989.

Fonte: IBGE - *O Brasil em números* - MPCG - Brasília 1970.

⁷ MALAM, P. et alii - *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil* - IPEA - Rio de Janeiro, 1977.

⁸ Não esquecer que o Brasil foi aliado dos Estados Unidos na 2ª Guerra Mundial, advindo daí trocas comerciais e investimentos de capital americano para nossa indústria de base, que surge exatamente nesse período: Fábrica Nacional de Motores - FNM; Petrobrás; Usina hidrelétrica de Paulo Afonso; Eletrobrás etc.

⁹ Lembremos o suicídio de Vargas em 1954, a deposição de Café Filho em 1955, a renúncia de Jânio Quadros em 1962, o período conturbado de João Goulart em 1963 e a eclosão da Ditadura Militar em 1º de abril de 1964.

¹⁰ O Brasil nesse período produzia mais de 2 milhões de toneladas/ano de aço; mais de 16 milhões de toneladas/ano de petróleo; mais de 30 mil toneladas/ano de alumínio; 5 milhões de toneladas/ano de cimento e 500 mil toneladas/ano de celulose.

¹¹ Cf. NASCIMENTO, Benedito H. - *Política e Economia Industrial Numa Economia Dependente* - Tese de Doutorado - FFLCH/ USP - São Paulo 1982.

¹² Cf. NASCIMENTO, Benedito H. - *Ibidem*

¹³ Não esquecer que estas taxas foram caindo no início da década de 60 para taxas de 2,5 a 3% ao ano entre 1962 e 1967, com fortes pressões inflacionárias: 54% em 1962; 78% em 1963 e 87% em 1964

¹⁴ Fonte: IBGE, *Ibidem*

¹⁵ Cf. MEDINA, Rubem - *Desnacionalização, Crime Contra*

o Brasil - Ed. Saga, Rio de Janeiro, 1980.

¹⁶ Uma forma de reverter a situação foi a criação da SUDENE, que visava o desenvolvimento do Nordeste, com fortes investimentos no setor secundário.

¹⁷ É preciso lembrar que, na década de 70, o Brasil obteve êxito na Balança Comercial em todos os períodos, chegando a 10 bilhões de dólares anuais. Isto se multiplicou na década de 80, chegando a mais de 30 bilhões de dólares anuais. Para onde foi toda essa riqueza? Cf. FGV - *Conjuntura Econômica* - São Paulo 1987.

¹⁸ A presença das multinacionais foi crescendo progressivamente: de 9,3% em 1964 para 27% em 1976 e mais de 30% na década de 80. Esses índices se referem sobretudo à participação no valor total das exportações.

¹⁹ Os salários médios mensais de operários do primeiro mundo no setor secundário, na década de 70, eram em torno de 900 dólares, enquanto nos países de terceiro mundo situavam-se numa faixa de 30 a 100 dólares. Ou seja, a diferença é brutal! Já no nível dos executivos e gerentes, o que se verifica é que os salários entre o primeiro e o terceiro mundo se aproximam muito, gerando com isto uma forte concentração de renda.

²⁰ Cf. FRÖBEL, Folker et alii, in *Rewiew Economics*, Vol 1 n. 1, 1987.

²¹ Fonte: IBGE/ Folha de São Paulo, 11 de outubro de 1998.

²² A Escola de Chicago se constitui num conjunto de princípios macro-econômicos que priorizam o equilíbrio monetário (inflação,

câmbio, balança de pagamentos, balança comercial, e redução do déficit público). Essa prioridade monetarista se efetiva à custa de redução drástica das taxas de inflação, mediante elevação das taxas de juros, que geram queda de crescimento econômico, com enorme desemprego. Trata-se de uma política de Primeiro Mundo, que impede o crescimento e o desenvolvimento do Terceiro Mundo. Não é por menos que é esta a política adotada pelo Fundo Monetário Internacional.

²³ FIPE - São Paulo 1998.

²⁴ MICT - Ministério da Indústria Comércio e Turismo - Brasília 1998.

²⁵ FENABAN - Federação Nacional dos Bancos - RJ, 1998.

²⁶ Segundo o Banco Central, de 31/08 a 30/09, ou seja, num mês, 20 bilhões de dólares de investimentos saíram do país, para serem reaplicados em outros países.

Endereço do Autor:

ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC

Tese de Mestrado do Pe. Egidio Balbinot

LITURGIA E POLÍTICA A dimensão política da Liturgia nas "romarias da terra" de Santa Catarina Edit. Grifos, da UNOESC, Chapecó, 1998

A Tese, de 267 páginas, tem o seguinte Prefácio, de **Dom Demétrio Valentini**, bispo de Jales, SP, e responsável pelo Setor de Pastoral Social da CNBB: "O trabalho que o **Pe. Egidio Balbinot** nos apresenta, com seu estudo sobre "a dimensão política da Liturgia nas 'romarias da terra' de Santa Catarina, merece ser saudado com alegria, pois aborda um assunto importante e de maneira adequada.

Partindo de situações bem concretas, com contornos históricos precisos, o autor destaca uma dimensão da Liturgia que nessas situações se evidencia com força, mas que tem lugar também em todas as celebrações litúrgicas.

Por sua natureza, a Liturgia é política, pois ela concretiza, de alguma maneira, a parábola do banquete em que os pobres foram compelidos a entrar. Isto é altamente revolucionário num mundo que manifesta a tendência crescente de restringir o banquete da

vida a um pequeno grupo de privilegiados. A Liturgia está aí para proclamar que há lugar para todos e que os excluídos são os primeiros convidados do Senhor.

Desde os tempos do Evangelho, o assunto é polêmico e convinha que fosse abordado com lucidez e firmeza e colocado no centro de um estudo específico, como aqui se faz.

A Tese conta com o respaldo do Evangelho. Foi a motivação política que levou ao desfecho do processo de condenação de Cristo: "Se soltas este homem, não és amigo de César" (Jo 19,12). A Liturgia tem, no mistério pascal de Cristo, o seu âmago. E lá esteve presente, de forma decisiva, a política. Esta permanece inerente ao dinamismo da Liturgia.

O estudo do Pe. Egidio Balbinot esclarece como as 'romarias da terra' explicitam a dimensão política da Liturgia, lançando luzes sobre a maneira de integrá-la melhor nas celebrações que sus-

tentam a fé das comunidades e as levam a um engajamento consciente dos seus membros no exercício da cidadania.

É, com certeza, um bom serviço, que chega em boa hora."

O Autor, **Pe. Egidio Balbinot**, cursou a Teologia no ITESC e é presbítero da diocese de Chapecó, tendo, com esta Tese, obtido o grau de Mestre em Teologia Dogmática com especialização em Liturgia, pela Pontifícia Faculdade de Teologia N.Sra. da Assunção em São Paulo. Foi coordenador da Liturgia no Regional SUL IV da CNBB, de 1993 a 1997. Atualmente é pároco de São Cristóvão, em Chapecó, SC, e professor de Liturgia no ITEPA, em Passo Fundo, RS.

Pedidos do livro, ao preço de 15,00, com o Autor, no seguinte endereço:

Pe. Egidio Balbinot
caixa postal 458
89803-310 CHAPECÓ, SC